

Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMJ/029/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMJ/**051/2021**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMJ/**043/2021**

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REF: "Contratação de empresa especializada em serviços de topografia, para realizar levantamentos topográficos, incluídos todos os equipamentos, mão de obra e transporte no perímetro urbano e rural de Jeceaba".

O Prefeito Municipal de Jeceaba, Estado de Minas Gerais, torna público que se acha aberta nesta Prefeitura, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, PARA REALIZAR LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS, INCLUÍDOS TODOS OS EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DE JECEABA, sob o critério de julgamento menor preço por lote, em regime de empreitada por preço por lote para atender a demanda da Secretaria de Obras, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observando o contido neste edital e seus anexos.

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados na Prefeitura Municipal de Jeceaba, no horário de 08 às 12:00 e 13:00 ás 16 horas e através do telefone (31) 3735-1275 (ramal 210).

Fazem parte integrante deste Edital os seus Anexos:

- a) Anexo I Termo de Referência;
- b) Anexo II Modelo de Carta de Credenciamento;
- c) **Anexo III** Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Anexo IV Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- e) Anexo V Modelo de Proposta;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- f) Anexo VI Minuta de Contrato;
- g) Anexo VII- Planilha de Quantitativos e Preços Unitários

A Pregoeira receberá os envelopes de habilitação, de propostas e o credenciamento de **09:00 às 09:15 horas do dia 29 de junho de 2021** e a Sessão de Disputa terá início no mesmo dia, após o credenciamento, no <u>auditório da Escola Municipal Zuleika Halfed de Albuquerque situada ao endereço Av. Maria Eduarda de Resende, nº 61, centro, Jeceaba-MG</u>. Caso a sessão não seja finalizada, ela recomeçará no primeiro dia útil em que haja expediente, no mesmo horário e local.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente certame é a contratação de empresa especializada em serviços de topografia, para realizar levantamentos topográficos, incluídos todos os equipamentos, mão de obra e transporte no perímetro urbano e rural de Jeceaba, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Edital denominado TERMO DE REFERÊNCIA.
- **1.2.** As licitantes deverão apresentar a proposta com preço unitário em Reais. No valor unitário deverá estar incluídas a carga tributária e todas as despesas incidentes, que correrão à conta do licitante.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **2.1.** Poderão participar do certame todos os interessados da atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições constantes neste edital e não apresentarem nenhum impedimento, para os itens com valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é restrita às ME´s e EPP´s salvo na ocorrência das hipóteses do art. 49 da LC 123/06.
- 2.2. Não se admitirá nesta licitação a participação de:
 - a) Empresas que não atenderem às condições deste edital;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- b) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o poder público no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta;
- c) Pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores os servidores do Município de Jeceaba;
- d) O objeto social que não seja compatível com o objeto desta licitação.
- **2.2.1.** Empresas reunidas em consórcio deverão atender ao que prescreve o artigo 33 da Lei 8.666/93.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **3.1.** Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital, perante o Município de Jeceaba, qualquer pessoa que não se manifestar em conformidade com o estabelecido no art. 41 da Lei Federal 8.666/93;
 - **3.1.1.** As impugnações ao edital poderão ser efetuadas até 2 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para abertura da licitação pelos licitantes e até 05 (cinco) dias úteis quando se tratar de pessoa não participante da licitação.
 - **3.1.2.** Serão aceitas impugnações por e-mail devidamente assinados digitalmente desde que os originais sejam protocolados diretamente na Diretoria de Licitações até o prazo estabelecido no item 3.1.1.
 - **3.1.3.** Os envelopes de impugnação protocolados ou entregues em local e/ou horário diferente não serão objeto de análise.
- **3.2.** As impugnações deverão observar os seguintes requisitos:
 - a) digitados e devidamente fundamentados;
 - b) ser assinados por representante legal da empresa ou seu procurador;
 - c) ser protocolados junto à CPL do Município de Jeceaba, na Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n, Centro, Jeceaba/MG.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **3.3.** Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório e a proposta seja alterada, será designada nova data para a realização do certame.
- **3.4.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até no dia consignado no item 3.1, deste edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- **3.5.** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4. DA PARTICIPAÇÃO

- **4.1.** A participação nesta licitação será de ampla concorrência e às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.
 - **4.1.1.** Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do art. 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.
- 4.2. Não poderão participar da presente licitação as empresas que:
 - **I.** Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;
 - II. Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município de Jeceaba;
 - **III.** Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
 - IV. Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Pública do Município de Jeceaba;
 - V. Estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - VI. Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;
- **4.3.** É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 4.4. Cada licitante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.
- **4.5.** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **4.6.** A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.
- **4.7.** A observância das vedações é de responsabilidade da licitante, que por seu descumprimento, se sujeita às sanções cabíveis.
- **4.8.** É permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observado o que prescreve o artigo 33 da Lei 8.666/93.

5. DO CREDENCIAMENTO

- **5.1.** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) Carta de Credenciamento **ANEXO II** e Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação, conforme **ANEXO IV**;
 - **b)** Tratando-se de representante legal, o instrumento de constituição da empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - c) Tratando-se de procurador, além dos documentos elencados na alínea "b", a procuração da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do documento que comprove os poderes do outorgante para a outorga.
- **5.2.** O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação.
- **5.3.** A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, sem autorização da Pregoeira, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

- **6.1.** A licitante deverá apresentar em envelopes separados:
 - **I.** Proposta em envelope fechado e indevassável, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

| MUNICÍPIO DE JECEABA – MG PREGÃO PRESENCIAL Nº PMJ/029/2021 |
|--|
| LICITANTE: |

ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

II. Documentos para habilitação, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE JECEABA – MG PREGÃO PRESENCIAL Nº PMJ/029/2021 LICITANTE:.....

ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- **6.2.** A proposta deverá ser digitada, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- **6.3.** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio ou, ainda, por documento extraído eletronicamente via Internet.
- **6.4.** A declaração prevista no item 5.1, alínea "a", é condição indispensável para recebimento dos envelopes de propostas e habilitação e consequente participação no certame, devendo a Pregoeira devolve-los ao licitante e registrar o fato em ata, na hipótese de inabilitação.

7. DA PROPOSTA

- **7.1.** A proposta de preço, em modelo padrão de acordo com o Anexo V deste Edital, deverá conter os seguintes elementos:
 - I. Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual da licitante;
 - II. Número do processo licitatório e do Pregão;
 - III. Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com o Anexo I deste Edital;
 - **IV.** Preço unitário e total por lote, em moeda corrente nacional, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
 - **V.** Marca do produto;
 - **VI.** Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, sendo considerado este o prazo no caso de inexistir a menção na proposta do licitante;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **7.2.** A proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal ou procurador devidamente constituído, devendo ser apresentada em uma única via.
- **7.3.** Caso a proposta não esteja assinada e estando presente o representante legal ou procurador da licitante, será permitida a assinatura na mesma, validando-a.
- **7.4.** Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as demais despesas relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 7.5. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista no Anexo I deste Edital.

8. DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

8.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- **d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Certidão da Junta Comercial, comprovando o enquadramento como Microempresa ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

II - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- c) Certidão de regularidade de situação com a Fazenda **Estadual** da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- e) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS;
- f) Certidão de Regularidade de débito para com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- **g)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **a)** Certidão negativa de falência ou concordata ou certidão insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, eletronicamente nos termos do caput do art. 8° da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça na Comarca responsável do licitante.
- b) No caso de ME e EPP, balanço patrimonial ou demonstração de resultado do exercício, que comprove a receita bruta anual nos limites estabelecidos na Lei Complementar 123/2006.
 - **b.1.** No caso de ME e EPP que iniciou as atividades no exercício em que se realizar a licitação poderá apresentar balanço de abertura, desde que não tenha havido ainda, o encerramento do exercício fiscal estabelecido na forma da Lei.

IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito publico ou privado, observando as características dos objetos licitados.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

b) Para condução dos trabalhos a licitante deverá possuir em seu quadro técnico, comprovadamente por meio de certidões emitidas pela entidade de classe CREA/CFT,/CAU, dos seguintes profissionais: **Engenheiro Agrimensor** ou **Técnico em Agrimensura**.

V - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- **a)** Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, de que não está infringindo o disposto no inciso XXXIII do art. 70, da Constituição Federal, conforme **Anexo III** deste Edital;
- **b)** Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme **Anexo IV** deste Edital.

8.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **8.2.1.** Os documentos relacionados nas alíneas "a" e "d" do inciso I, "HABILITAÇÃO JURÍDICA" não precisarão constar do envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- **8.2.2.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **8.2.3.** Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou em cópia simples, a ser autenticada pela Pregoeira/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- **8.2.4.** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 9. DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **9.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (certidões positivas e vencidas).
- **9.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- **9.3.** A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **9.4.** Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta da empresa, que também deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome desse estabelecimento.
- **9.5.** As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- **9.6**. A Pregoeira ou a Equipe de Apoio poderá diligenciar, efetuando consulta direta na Internet, para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

10. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- **10.1**. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento deste Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.
- **10.2**. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e não serão admitidos novos participantes no certame.
- **10.3**. A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificados os itens das propostas que:



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- a) Apresentarem quantidades divergentes do Anexo I;
- b) Não contiverem o valor unitário do item e total do lote;
- **10.4**. Nos casos de divergência entre valores unitário e global, prevalecerá o preço unitário;
- **10.5**. Não será admitida proposta que possua valores unitários com mais de duas casas decimais, sendo desprezada a terceira para fins de julgamento;
- **10.6**. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes;
- **10.7**. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - **b)** não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três);
 - c) no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;
- 10.8. Para efeito de seleção será considerado o preço unitário do lote.
- **10.9**. A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **10.10**. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **10.11**. A aplicação do valor do lance incidirá sobre o preço unitário do lote.
- **10.12**. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa desistir da formulação de lances.
- **10.13**. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **10.14**. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço;
- **10.15**. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;
- **10.16**. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;
- **10.17**. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor;
- **10.18**. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos;
- b) verificação de informações por meio eletrônico.
- **10.19**. A verificação de informações será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **10.20**. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação.
- **10.21**. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- **10.22**. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- **10.23.** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- **10.24.** Na hipótese da primeira colocada, caracterizada como microempresa, ou empresa de pequeno porte, ou microempreendedor individual apresentar alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Equipe de Pregão, para a regularização



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

10.25. A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11. DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- **11.1**. No final da sessão, o representante da licitante que desejar recorrer, deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de fazê-lo, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- **11.2**. A ausência de manifestação do representante da licitante importará:
 - a) A decadência do direito de recurso;
 - b) A adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora;
 - c) O encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **11.3**. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- **11.4**. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora;
- **11.5**. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 11.6. Não será procedida a adjudicação do objeto e respectiva homologação, caso sejam registradas quaisquer das hipóteses do art. 49 da LC 123/06.

12. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1. A empresa vencedora deverá retirar a Nota de Empenho quando convocada, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **12.2.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato.
- **12.3.** A execução do objeto desta licitação deverá ser executado no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço, nos locais indicados pelo Contratante, correndo por conta da Contratada as despesas decorrentes da execução do objeto desta Licitação.
- **12.3.1.** Não serão considerados serviços sem a respectiva ordem de serviço expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal.
- **12.3.2.** Junto à nota fiscal deverá ser anexada a correspondente Ordem de Serviço.
- **12.4.** A execução do objeto desta licitação será executada, na localidade do Município indicada pela Secretaria requisitante, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação do serviço.
- **12.5.** A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar o serviço solicitado pela ordem de compra em sua totalidade e sempre dentro do prazo estipulado em edital, não sendo admitido o parcelamento da Ordem de Serviço, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 12.6. Fica a empresa vencedora, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples. A Declaração deverá ser emitida e assinada pelo Representante Legal da empresa, a ser apresentada no ato da entrega do material, juntamente com a Nota Fiscal, esclarecendo esta Prefeitura que a não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido as empresas do valor referente ao encargo legal. O Termo de Opção pelo Simples será consultado pela Tesouraria Municipal no ato da liberação do pagamento da nota fiscal.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. DO PRAZO DE PAGAMENTO

- **13.1.2**. Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do produto e nota fiscal devidamente atestada por quem de direito e mediante atestado, emitido pelo setor competente, comprovando que a licitante vencedora cumpriu todas as condições pactuadas;
- **13.1.3.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

13.1.4. O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária.

14. SUBSTITUIÇÃO DO TERMO DE CONTRATO

- **14.1.** As obrigações, decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão na nota de empenho, cujo anexo deverá conter os dados indicados no anexo V.
- **14.2.** O prazo para a retirada da nota de empenho será de 03 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária, ocasião em que, se necessário, deverão ser: atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços FGTS.
- **14.3.** A critério da administração, o prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação do adjudicatário.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A aquisição em questão correrá à conta da seguinte dotação: 02008001 151220501 2.039 3.3.90.39.00 Ficha 301.

16. DAS SANÇÕES

- **16.1.** A recusa injustificada em entregar do serviço, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores e art. 7º da Lei Federal 10.520/2002.
- **16.2.** O atraso injustificado na entrega dos objetos licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado à multa, na forma estabelecida a seguir:
 - a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 20 (vinte) dias, calculado sobre o valor do serviço não entregue constante da Ordem de Serviço; e
 - b) 1% (um por cento) a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso calculado sobre o valor do serviço não entregue constante da Ordem de Serviço, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **16.3.** As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor do serviço não entregue constante da Ordem de Serviço e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- **16.4.** Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto da nota de empenho), bem como o descumprimento de demais obrigações, o Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:
 - a) Multa no percentual de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do serviço constante da Ordem de Serviço, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
 - b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos;
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

Parágrafo Único: a aplicação da sanção prevista na alínea "a", não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b", e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do serviço licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento prejudicando os interesses fundamentais do ajuste, facultada a defesa do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, salvo no caso de declaração de inidoneidade quando o prazo para a defesa será de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

- **16.5.** A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva do Secretária de Obras.
- **16.6.** O contratado deverá manter, durante toda a prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93), sob pena de se lhe aplicar, cumulativamente:
 - **a)** Multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços constantes da Ordem de Serviço, nos termos do art. 87, Il da Lei nº 8.666/93.
 - **c)** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 80, IV da Lei nº 8.666/93.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

- **17.1**. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar este Edital;
- **17.2**. A petição, convenientemente fundamentada, será dirigida à autoridade subscritora deste instrumento, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas;
- **17.3**. Será indeferida de plano a petição infundada, que tenha por finalidade apenas procrastinar o certame;
- **17.4**. Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **18.1**. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;
- **18.2**. Das sessões públicas de processamento deste Pregão serão lavradas atas, que serão assinadas pela Pregoeira e pelos representantes presentes;
- 18.3. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata;
- **18.4**. Os documentos de habilitação, cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pela Pregoeira e pelos representantes presentes;
- **18.5**. O resultado deste certame será divulgado via Internet no site www.jeceaba.mg.gov.br;
- **18.6**. Os demais atos atinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no mesmo endereço eletrônico acima referenciado;
- **18.7**. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes não adjudicatárias ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitações e Contratos, pelo prazo de dez dias úteis, após a celebração do contrato;
- **18.8**. Expirado o prazo estabelecido no subitem anterior, o Setor de Compras dará a destinação que lhe convier aos documentos, sem qualquer indenização à licitante;
- **18.9**. A licitante adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o município de Jeceaba e será descredenciada no



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

cadastro de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais;

- 18.10. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira;
- **18.11.** Não havendo possibilidade de pregoar todos os itens em um único dia, a sessão pública será encerrada e iniciada no mesmo horário e local, no dia útil seguinte;
- **18.12**. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Entre Rios de Minas, MG.

Jeceaba, 26 de maio de 2021.

José Donizete de Almeida Maia Prefeito de Jeceaba



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

A presente licitação tem por objeto contratar, empresa especializada em serviços de topografia, para realizar levantamentos topográficos incluídos todos os equipamentos, mão de obra e transporte no perímetro urbano e rural de Jeceaba, conforme necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Jeceaba.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Contratação de empresa para execução de serviços topográficos no perímetro urbano e rural do Município de Jeceaba se faz necessária para auxiliar os serviços da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e demais secretárias do Município de Jeceaba. A equipe de topografia, será responsável pelos levantamentos planialtimétrico, que auxiliaram as elaborações dos projetos, emissão de notas de alinhamento, retificação de registro imobiliário, verificação de áreas públicas e regularização fundiária, além dos serviços de levantamentos para medições das obras. Desse modo, é imprescindível e necessária sua contratação.

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

| LOTE 01 | | | | | | | |
|----------|---------|--|-------|---------|--------------|-------------------|---------------|
| Item | Tabela | Descrição dos Serviços | Ref.: | SUDECAF | DEZ/2020 | BDI | 21,11% |
| 62.05 | SUDECAP | SERVICOS DE TOPOGRAFIA | Unid. | Quant | V. Unitário | V. Unit. + BDI | V. Total |
| 62.05.12 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL < 10.000 M2 - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 5000 | R\$ 0,59 | R\$ 0,71 | R\$ 3.550,00 |
| 62.05.13 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL >= 10.000 M2 - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 100000 | R\$ 0,54 | R\$ 0,65 | R\$ 65.000,00 |
| 62.05.14 | SUDECAP | EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A PROJETOS | DIA | 20 | R\$ 1.084,82 | R\$ 1.313,83 | R\$ 26.276,60 |
| 62.05.15 | SUDECAP | EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A OBRAS | DIA | 20 | R\$ 779,45 | R\$ 943,99 | R\$ 18.879,80 |
| 62.05.20 | SUDECAP | TRANSPORTE DE COORDENADAS E ALTITUDE - ESTAÇÃO TOTAL | KM | 40 | R\$ 398,61 | R\$ 482,76 | R\$ 19.310,40 |



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

| 62.05.21 | SUDECAP | TRANSPORTE DE COORDENADAS E ALTITUDE - RECEPTOR GNSS | DIA | 15 | R\$ 1.162,59 | R\$ 1.408,01 | R\$ 21.120,15 |
|----------|---------|--|-----|-------|--------------|--------------|----------------|
| 62.05.30 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL < 10.000 M2- INCLUSIVE DESENHO | M2 | 2500 | R\$ 0,30 | R\$ 0,36 | R\$ 900,00 |
| 62.05.31 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL >= 10.000 M2- INCLUSIVE DESENHO | M2 | 15000 | R\$ 0,25 | R\$ 0,30 | R\$ 4.500,00 |
| 62.05.32 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 50000 | R\$ 0,15 | R\$ 0,18 | R\$ 9.000,00 |
| 62.05.33 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO PARA ESTUDO E CADASTRO DE REDES SUBTERRÂNEAS - INCLUSIVE DESENHO | KM | 40 | R\$ 487,89 | R\$ 590,88 | R\$ 23.635,20 |
| 62.05.36 | SUDECAP | DESENHO DE SEÇÕES TRANSVERSAIS E PERFIS | A1 | 100 | R\$ 239,65 | R\$ 290,24 | R\$ 29.024,00 |
| 62.05.37 | SUDECAP | DESENHO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO | A1 | 40 | R\$ 526,52 | R\$ 637,67 | R\$ 25.506,80 |
| 62.05.38 | SUDECAP | RECONSTRUÇÃO DIGITAL DE CP PARA LANÇAMENTO E AMARRAÇÃO AO LEVANTAMENTO | A1 | 10 | R\$ 323,11 | R\$ 391,32 | R\$ 3.913,20 |
| 62.05.39 | SUDECAP | PLANTA DE ISODECLIVIDADE | A1 | 15 | R\$ 377,44 | R\$ 457,12 | R\$ 6.856,80 |
| | - | | | TOTAL | SERVIÇOS | | R\$ 257.472,95 |

4 – BDI UTILIZADO

| BDI (CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/13 e LEI Nº 13.161 DE 31/08/15) | | | | | | |
|---|--|----------|--------------|----------|----------|----------------|
| DISCRIMINAÇÃO SIGLA CONSULTORIA E SUPERVISÃO | | | | | | INCIDÊNCI A |
| DAS PARCELAS | | (ISS=2%) | (ISS=3%) | (ISS=4%) | (ISS=5%) | |



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

| CUSTO DIRETO | CD | 100,0 | 0% | 100, | 00% | 10 | 0,00% | 100,00% | |
|----------------------------------|-------------------|-------|-------------|--------|-------|------|-------------|-------------|----|
| ADMINISTRAÇÃ O CENTRAL | AC | 1,50 | % | 1,5 | 0% | 1 | ,50% | 1,50% | CD |
| LUCRO BRUTO | L | 3,50 | % | 3,5 | 0% | 3 | 3,50% | 3,50% | CD |
| DESPESAS FINANCEIRAS | DF | 0,14 | % | 0,1 | 4% | C |),14% | 0,14% | CD |
| SEGUROS, GARANTIAS E RISCO | | 0,86 | % | 0,8 | 6% | C |),86% | 0,86% | CD |
| SEGUROS + GARANTIAS | S | 0,30 | % | 0,3 | 0% | C |),30% | 0,30% | CD |
| RISCO(*) | R | 0,56 | % | 0,5 | 6% | C |),56% | 0,56% | CD |
| TRIBUTOS | I | 9,40 | % | 10,4 | 10% | 1 | 1,40% | 12,40% | PV |
| ISS | ISS (1) | 2,00 | % | 3,0 | 0% | 4 | ,00% | 5,00% | PV |
| PIS | PIS | 1,32 | % | 1,3 | 2% | 1 | ,32% | 1,32% | PV |
| COFINS | COFINS | 6,08 | % | 6,0 | 8% | 6 | 5,08% | 6,08% | PV |
| CPRB | INSS | - | | - | - | | - | - | PV |
| FÓRMULA DO | BDI = | | <u>(1 +</u> | (AC + | S + G | + R) |) x (1 + DF |) x (1 + L) | |
| BDI | | | (1 - (| I + CF | PRB)) | | | | |
| | BDI(NUMERA | DOR) | 6,09 | % | 6,099 | % | 6,09% | 6,09% | |
| | BDI(DENOMII R) | NADO | 90,6 | 0% | 89,60 |)% | 88,60% | 87,60% | |
| | BDI = | | 17,1 | 0% | 18,41 | l% | 19,74% | 21,11% | |

5 – QUALIFICAÇÃO TECNICA

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito publico ou privado, observando as características dos objetos licitados.

Para condução dos trabalhos a licitante deverá possuir em seu quadro técnico, comprovadamente por meio de certidões emitidas pela entidade de classe CREA/CFT,/CAU, seguintes profissionais:

- Engenheiro agrimensor
- Técnico em agrimensura



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

6 – DA CONDUÇÃO DOS SERVIÇOS

Levantamento Planimétrico Cadastral, Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Locação de Eixo de Referência para Projeto de Via Pública, Nivelamento de Seções Transversais, Levantamento Planimétrico de Via Pública e Semi - Cadastro de Imóveis, Nivelamento do Eixo de Via Pública Inclusive Soleiras, Guias e Tampões, Cadastro de Galeria Existente, Elementos para Locação de Obra de Arte, Transporte de Cota de Referência de Nível, Nivelamento Geométrico no Interior da Galeria, Cadastro Especial de Galeria Moldada (1:500), Nivelamento Geométrico de Fundo do Canal ou Córrego, Relatório Técnico, Cadastro de Canalização Circulares, Cadastro e Amarração de Caixa de Inspeção, ou Caixa de Concordância, ou Caixa Morta, Cadastro e Amarração de Boca de Lobo ou Leão, Cadastro e Amarração de PV com indicação de cota da tampa e fundo, Cadastro e Amarração de PV Recoberto.

Todos os serviços executados pela licitante, como memoriais descritivos, croquis de levantamento de campo, desenhos e demais serviços, deverão ser entregues a SMO em meio digital, através de CD, Compact Disc ou outro meio digital compatível. Todos os arquivos necessários à reprodução do documento aprovado devem constar neste meio digital. Para cada documento de entrega oficial devem ser entregues os arquivos com as seguintes extensões: "*.dwg ou dxf", "*.plt" e "*.pdf".E entregue também o fornecimento da representação gráfica do levantamento topográfico em papel sulfite assinado pelo responsável técnico da empresa.

Todo equipamento antes do início da execução, deve ser cuidadosamente examinado e aprovado pela Fiscalização.

Todos os equipamentos e ferramental precisam estar em "bom" estado de conservação e em quantidades suficientes para a utilização durante todo o contrato.

A empresa deverá disponibilizar sinalização: tais como **cones** plásticos reflexivos coloridos, mínimo de 4 (quatro) com altura de 75 cm, Fita plástica em polietileno, zebrada, para isolamento de áreas de realização dos trabalhos.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

A avaliação diária deste EPC é de responsabilidade do Engenheiro ou Técnico responsável pela operação, sob a supervisão do Município de Jeceaba.

A licitante vencedora deverá, a cada execução de serviço, enviar, registro fotográfico dos serviços em andamento, contendo data e localização da área de interferência naquele mês.

7 - PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU ENTREGA

O sistema de prestação de serviços dos objetos licitados será em entrega parcelada, pelo período de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato, mediante requisição do Setor de Compras, que será emitida em 2 (duas) vias.

Correrá por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes da prestação de serviços.

Por ocasião da entrega, a (as) fatura (s) ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela mesma razão social, inclusive o CNPJ do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.

Por ocasião do da execução dos serviços, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo acompanhamento dos serviços.

A empresa deverá executar os serviços nos locais e endereços constantes **da Ordem de Serviços**, emitidos pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Jeceaba.

8 – PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

O prazo para inicio dos serviços será de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de serviço emitida em duas vias pelo setor responsável.

9 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Requisitar, por meio de Ordem de Serviço, a prestação dos serviços, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante e atestar o recebimento gradual dos serviços.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

Conferir a entrega dos serviços, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pelos serviços nas condições especificadas.

Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na prestação dos serviços e interromper imediatamente a prestação do serviço, se for o caso.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

Impedir que terceiros forneçam o objeto deste edital.

Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega.

10 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade na prestação dos serviços;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;

Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar a prestação de serviço, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários:



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;

Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a entrega dos materiais, seja decorrente de vícios de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.

Não transferir, no todo ou em parte, a execução dos serviços.

Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade da prestação dos serviços;

Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente da prestação de serviços objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante.

Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente a prestação de serviços.

11 – PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada por quem de direito e mediante atestado, emitido pelo setor competente, comprovando que a licitante vencedora cumpriu todas as condições pactuadas;

As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;

O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela licitante adjudicatária ou cheque nominal;

12- ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

A execução do objeto será acompanhada, controlada, fiscalizada e avaliada por um servidor do Município designado pela secretaria responsável pela gestão dos contratos, qual registrará todas as ocorrências e deficiências em relatório.

13 - PENALIDADES

Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

Jeceaba, 10 de Março de 2021.

Joel Antônio Dias Secretária de Obras e Serviços Urbanos



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

| Pelo | presente | instrumento, | credend | ciamos | | o(a) |
|---------------|-----------------------|------------------------|--------------------|-------------|------------|-------|
| Sr.(a) | | | , portado | or(a) da | Cédula | de |
| Identidade r | า.º | , inscrito no | CPF sob o nº | | | , |
| como repres | sentante da empresa | a | | | | , |
| inscrita no C | CNPJ sob o nº | , para | a participar da li | citação ins | staurada į | pela |
| Prefeitura N | Municipal de Jecea | ıba, na modalidade | Pregão Presen | cial nº (|)29/2021, | na |
| qualidade de | e representante lega | l, outorgando-lhe plen | os poderes para | pronunci | ar-se em | seu |
| nome, bem | n como formular p | proposta comercial, e | efetuar lances, | assinar | documen | ıtos, |
| manifestar-s | se em nome da em | presa, requerer vista | de documentos | e propo | stas, inte | rpor |
| recurso e p | oraticar todos os ato | os inerentes ao certar | me, a que tudo | daremos | por firm | е е |
| valioso. | | | | | | |
| | | | | | | |
| Assinatura: | | | | | | |
| Nome legíve | el: | | | | | |
| Cargo: | | | | | | |
| Carimbo CN | IP.J· | | | | | |

Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário. O licitante apresentará no ato do credenciamento o modelo acima fora dos Envelopes.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7°, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARAÇÃO

| (Razão Social do LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº, sediad | la |
|--|----|
| na (endereço completo) , declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos n | 10 |
| nciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu n | 10 |
| artigo 1°, da Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro d | ek |
| empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem com | 10 |
| em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 1 | 4 |
| anos. | |
| | |
| | |
| Local, de de 202 ² | 1. |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| (Nome e assinatura do Declarante) | |
| | |
| | |

Carimbo de CNPJ da empresa



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº ..., situada na, por intermédio de seu representante

legal, o Sr., abaixo assinado, DECLARA:

1º) que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a sua habilitação para participar do procedimento licitatório, Pregão 029/2021, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e não se enquadra em nenhum dos dispositivos da Lei nº 8.666/93 em função dos quais estaria impedida de licitar ou de contratar com a Administração Pública, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento;

2º) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123/2006 e que não incorre em quaisquer impedimentos legais para usufruir dos benefícios dos artigos 42 a 49 da LC 123/2006:

3º) que não existe nenhum dos impedimentos para que a mesma se beneficie do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especificamente em relação aos incisos I a X, § 4º, artigo 3º da referida Lei, conforme modelo Anexo.

Cidade.....

Assinatura...

(Carimbo de CNPJ da empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n° - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

| A empresa | _(Razão Socia | al do LICIT | ΓANTE |) | , insc | rita no CNPJ | sob o n° |
|---------------------|-------------------|-------------|----------|-----------|-----------------|----------------|--------------|
| | | sediada | na | | _(endereço | completo), | telefone |
| () | , vem, apreser | ntar propos | sta de | preços | no processo | de licitação e | pigrafado, |
| conforme a planilh | a seguinte. | | | | | | |
| Nos preços apres | entados, estão | incluídos | todos | os enc | argos, como | transporte de | qualquer |
| natureza, carga e | descarga, enca | argos traba | alhistas | , previde | enciários, fisc | ais, comercia | is, tributos |
| e outros. | | | | | | | |
| Indica, na oportuni | dade, como re | presentant | e para | assinat | ura e acompa | inhamento da | execução |
| do contrato que po | ossa vir a ser fi | rmado con | n o Mu | nicípio, | o Sr | , portador d | la Carteira |
| de Identidade nº | CPF nº | | . ender | есо | | | |

| | LOTE 01 | | | | | | |
|----------|---------|--|----------|----------|----------------|-------------------|----------|
| Item | Tabela | Descrição dos Serviços | Ref.: SU | JDECAP D | EZ/2020 | BDI | 21,11% |
| 62.05 | SUDECAP | SERVICOS DE TOPOGRAFIA | Unid. | Quant | V. Unitário | V. Unit. + BDI | V. Total |
| 62.05.12 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL < 10.000 M2 - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 5000 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.13 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL >= 10.000 M2 - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 100000 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.14 | SUDECAP | EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A PROJETOS | DIA | 20 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.15 | SUDECAP | EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A OBRAS | DIA | 20 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.20 | SUDECAP | TRANSPORTE DE COORDENADAS E ALTITUDE - ESTAÇÃO TOTAL | KM | 40 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.21 | SUDECAP | TRANSPORTE DE COORDENADAS E ALTITUDE - RECEPTOR GNSS | DIA | 15 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.30 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL < 10.000 | M2 | 2500 | R\$ | R\$ | R\$ |



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

| | | M2- INCLUSIVE DESENHO | | | | | |
|----------|---|--|----|-------|-----|-----|-----|
| 62.05.31 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL >= 10.000 M2- INCLUSIVE DESENHO | M2 | 15000 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.32 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 50000 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.33 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO PARA ESTUDO E CADASTRO DE REDES SUBTERRÂNEAS - INCLUSIVE DESENHO | КМ | 40 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.36 | SUDECAP | DESENHO DE SEÇÕES TRANSVERSAIS E PERFIS | A1 | 100 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.37 | SUDECAP | DESENHO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO | A1 | 40 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.38 | SUDECAP | RECONSTRUÇÃO DIGITAL DE CP PARA LANÇAMENTO E AMARRAÇÃO AO LEVANTAMENTO | A1 | 10 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 62.05.39 | SUDECAP | PLANTA DE ISODECLIVIDADE | A1 | 15 | R\$ | R\$ | R\$ |
| V | VALOR TOTAL DO LOTER\$(VALOR TOTAL POR EXTENSO) | | | | | | |

A presente proposta tem prazo de validade de 60 dias a contar da data da entrega das propostas, excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

Local/ data.

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo de CNPJ



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

ANEXO VI - PREGÃO PRESENCIAL N° PMJ/029/2021 MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

| Pregao |
|---|
| O Município de Jeceaba, por sua Prefeitura sediada na Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº, |
| centro, Jeceaba, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o $n^{\underline{o}}$ 20.356.739/0001-48, neste ato |
| representado pelo Prefeito Municipal senhor José Donizete de Almeida Maia, doravante |
| denominado CONTRATANTE e a empresa, sediada na cidade de,, |
| com endereço à bairro, inscrita no CNPJ sob o $n^{\underline{o}}$, |
| representada, neste instrumento, por, doravante denominada simplesmente |
| CONTRATADA, celebram o presente contrato de compromisso de contratação de empresa |
| especializada em serviços de topografia, para realizar levantamentos topográficos, incluídos |
| todos os equipamentos, mão de obra e transporte no perímetro urbano e rural de Jeceaba, |
| mediante as seguintes cláusulas e condições: |
| PRIMEIRA - DO OBJETO |
| Constitui objeto do presente Contrato o compromisso da CONTRATADA para contratação de |
| empresa especializada em serviços de topografia, para realizar levantamentos topográficos, |
| incluídos todos os equipamentos, mão de obra e transporte no perímetro urbano e rural de |
| Jeceaba, de acordo com o Termo de Homologação e Adjudicação do Pregão Presencial nº |
| 029/2021, que faz parte deste instrumento. |
| SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES |
| São partes indissociáveis deste Contrato, independentemente de transcrição, o Edital de |
| Pregão Presencial nº 029/2021 e os seus Anexos. |
| TERCEIRA - DO VALOR |
| O valor deste contrato é estimado em R\$ (|
| QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO |

Processo ADM nº

Contrato nº



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

4.1. DO PRAZO DE PAGAMENTO

- **4.1.1.** Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal:
- **4.1.2.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções;
- **4.1.3.** O pagamento será feito mediante crédito na conta bancária indicada pela CONTRATADA.

4.2. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. A correção monetária será de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo;

QUINTA - DO PRAZO

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura.

SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- **1.1.** O sistema de prestação de serviço dos objetos licitados será em execução parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, mediante requisição do Setor de Compras.
- **1.2.** O item, objeto deste Termo, deverá ser executado no prazo de 05 (cinco) dias, no local indicado na Ordem de Serviço expedida pelo CONTRATANTE.
- **1.3.** Correrá por conta da licitante adjudicatária todas as despesas decorrentes da prestação do serviço.
- **1.4.** Por ocasião da execução, a (as) fatura (s) ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela mesma razão social, inclusive o CNPJ do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.
- **1.5.** Por ocasião da prestação do serviço, a licitante adjudicatária deverá colher, no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento;
- **1.6.** Constatadas irregularidades nos serviços a Administração poderá:



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-las no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **b)** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- **7.1.2.** Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos.
- **7.1.3.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando a execução em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade na prestação do serviço;
- **7.1.4.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;
- **7.1.5.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar a prestação do serviço, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários:
 - I.Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;
- II. Executar o serviço de acordo com as especificações e normas vigentes.
- III. Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a entrega dos materiais, seja decorrente de vícios de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.
- IV. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços;
- V. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade da prestação dos serviços;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- VI. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante.
- **VII.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente à prestação do serviço.
- **7.1.6.** A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **7.2.1.** Requisitar, por meio de Ordem de Serviço, a prestação dos serviços, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante e atestar a prestação gradual dos serviços.
- **7.2.2.** Conferir a prestação dos serviços, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços nas condições especificadas.
- **7.2.3.** Proporcionar condições à licitante vencedora para prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas.
- **7.2.4.** Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na prestação do serviço e interromper imediatamente da prestação, se for o caso.
- **7.2.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.
- **7.2.6.** Impedir que terceiros prestem o objeto deste edital.
- **7.2.7.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.
- **7.2.8.** Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

OITAVA - DAS PENALIDADES

- **8.1.** Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:
 - a) advertência;
 - **b)** multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
 - c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
 - d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
 - e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.
- **8.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.
- **8.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.
- **8.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- **8.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 8.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- **8.5.** Da aplicação da penalidade definida na alínea "e" do subitem 8.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **8.6.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- **8.7.** Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

NONA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- **9.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados pela Secretaria Requisitante.
- **9.1.1.** A Secretaria Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução do serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à licitante vencedora.

DÉCIMA - DA REVISÃO DE PREÇOS

- **10.1** Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado.
- **10.1.1** Não haverá reajuste de preços.
- **10.1.2** As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

- **11.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento pela CONTRATADA caracterizará a inadimplência, sujeitando-a as seguintes penalidades:
 - Advertência;



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

- **II.** Multa, nos seguintes percentuais:
 - a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por atraso injustificado na execução do contrato;
 - **b)** Multa de 3% (três por cento) do valor da Nota de Empenho por inexecução parcial das obrigações contratuais;
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato por inexecução total das cláusulas contratuais:
- III. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme o disposto na Lei 8.666/93;
- **IV.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **11.2.** As penalidades serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, de ofício ou mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato;
- **11.3.** Na aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, que também são de competência do Prefeito, é facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista;
- **11.4.** Na aplicação das penalidades previstas no subitem 12.1 será facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;
- **11.5.** As multas são excludentes e independentes e não eximem a CONTRATADA da plena execução do prestação do serviço contratados;
- **11.6.** O valor das multas aplicadas será deduzido do crédito que a CONTRATADA possuir junto ao CONTRATANTE, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante, conforme § 2º, art. 79 da Lei 8.666/93.

DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte do orçamento do **CONTRATANTE**: 02008001 151220501 2.039 3.3.90.39.00 Ficha 301.

DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **13.1.** A CONTRATADA fica obrigada a, durante a vigência deste contrato, atender a todos os pedidos, não se admitindo a procrastinação do serviço, a que título for, salvo casos fortuitos ou de força maior que independam da sua vontade.
- **13.2**. As quantidades indicadas no Anexo I deste contrato são estimadas e servem como mera referência, podendo o CONTRATANTE aumentá-las ou diminuí-las de acordo com suas necessidades.
- **13.3.** A recusa da CONTRATADA em retirar a Ordem de Serviço no prazo estabelecido neste Termo caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas no neste contrato.
- **13.4.** Os serviços decorrentes deste contrato serão, para todos os fins de direito, tratados como contratações autônomas e independentes.
- **13.5.** Este contrato rege-se pelos preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei 8.666/93, aplicando-se lhe, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- **13.6.** A publicação da síntese deste contrato na Imprensa Oficial do Estado será providenciada pelo CONTRATANTE.
- 15.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contratado.



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n° - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

15.8. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

DÉCIMA SEXTA - DO FÔRO

É competente para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento o foro da Comarca de Entre Rios de Minas, MG.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

| Jeceaba, de | de |
|----------------------|--|
| | Prefeitura Municipal de Jeceaba Contratante |
| | Contratada |
| Testemunhas: | |
| Nome: Identidade: | |
| Nome: | |



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/n° - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

Anexo VII - Planilha de Quantitativo e Preços Unitários

| LOTE 01 | | | | | | | | | | | |
|----------|---------|--|------------------------|--------|--------------|-------------------|---------------|--|--|--|--|
| Item | Tabela | Descrição dos Serviços | Ref.: SUDECAP DEZ/2020 | | | BDI | 21,11% | | | | |
| 62.05 | SUDECAP | SERVICOS DE TOPOGRAFIA | Unid. | Quant | V. Unitário | V. Unit. + BDI | V. Total | | | | |
| 62.05.12 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL < 10.000 M2 - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 5000 | R\$ 0,59 | R\$ 0,71 | R\$ 3.550,00 | | | | |
| 62.05.13 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL >= 10.000 M2 - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 100000 | R\$ 0,54 | R\$ 0,65 | R\$ 65.000,00 | | | | |
| 62.05.14 | SUDECAP | EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A PROJETOS | DIA | 20 | R\$ 1.084,82 | R\$ 1.313,83 | R\$ 26.276,60 | | | | |
| 62.05.15 | SUDECAP | EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A OBRAS | DIA | 20 | R\$ 779,45 | R\$ 943,99 | R\$ 18.879,80 | | | | |
| 62.05.20 | SUDECAP | TRANSPORTE DE COORDENADAS E ALTITUDE - ESTAÇÃO TOTAL | KM | 40 | R\$ 398,61 | R\$ 482,76 | R\$ 19.310,40 | | | | |
| 62.05.21 | SUDECAP | TRANSPORTE DE COORDENADAS E ALTITUDE - RECEPTOR GNSS | DIA | 15 | R\$ 1.162,59 | R\$ 1.408,01 | R\$ 21.120,15 | | | | |
| 62.05.30 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL < 10.000 M2- INCLUSIVE DESENHO | M2 | 2500 | R\$ 0,30 | R\$ 0,36 | R\$ 900,00 | | | | |
| 62.05.31 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL >= 10.000 M2- INCLUSIVE DESENHO | M2 | 15000 | R\$ 0,25 | R\$ 0,30 | R\$ 4.500,00 | | | | |
| 62.05.32 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO - INCLUSIVE DESENHO | M2 | 50000 | R\$ 0,15 | R\$ 0,18 | R\$ 9.000,00 | | | | |



Estado de Minas Gerais

Praça Dagmar de Souza Lobo, s/nº - CNPJ: 20.356.739/0001-48.

| 62.05.33 | SUDECAP | LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO PARA ESTUDO E CADASTRO DE REDES SUBTERRÂNEAS INCLUSIVE DESENHO | 1 KM | 40 | R\$ 487,89 | R\$ 590,88 | R\$ 23.635,20 |
|----------|---------|--|------|-----|------------|------------|---------------|
| 62.05.36 | SUDECAP | DESENHO DE SEÇÕES TRANSVERSAIS E PERFIS | ۸1 | 100 | R\$ 239,65 | R\$ 290,24 | R\$ 29.024,00 |
| 62.05.37 | SUDECAP | DESENHO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO | A1 | 40 | R\$ 526,52 | R\$ 637,67 | R\$ 25.506,80 |
| 62.05.38 | SUDECAP | RECONSTRUÇÃO DIGITAL DE CP PARA LANÇAMENTO AMARRAÇÃO LEVANTAMENTO | A1 | 10 | R\$ 323,11 | R\$ 391,32 | R\$ 3.913,20 |
| 62.05.39 | SUDECAP | PLANTA DE ISODECLIVIDADE | E A1 | 15 | R\$ 377,44 | R\$ 457,12 | R\$ 6.856,80 |

VALOR TOTAL DO LOTE......R\$ 257.472,95 (duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois mil e noventa e cinco centavos)